HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

CONTEÚDO

Relatório do Auditor Independente

Quadro 1 - Balanços Patrimoniais

Quadro 2 - Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

Quadro 3 - Demonstração dos Resultados Abrangentes

Quadro 4 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Berkan
AUDITORIA & CONSULTORIA

55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A
Pocrane - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, a demonstração financeira acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis"**. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

Berkan
AUDITORIA & CONSULTORIA

55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

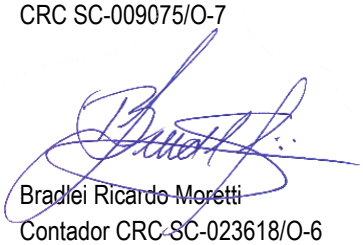
do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 25 de março de 2022.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7



Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC-SC-023618/O-6

QUADRO 1

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.397	26.072
Consumidores	5	2.735	2.835
Concessionárias e permissionárias		-	1
Tributos compensáveis	6	648	268
Almoxarifado operacional	7	601	559
Despesas pagas antecipadamente		26	23
Total do circulante		**29.407**	**29.758**
Não circulante			
Tributos compensáveis	6	22	26
Investimentos temporários		81	46
Despesas pagas antecipadamente		2	-
Imobilizado	8	77.723	80.134
Intangível	9	14.933	293
Total do não circulante		**92.761**	**80.499**
Total do ativo		**122.168**	**110.257**

Passivo	Notas	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	10	49	1.003
Obrigações sociais e trabalhistas	11	161	140
Tributos	12	657	512
Dividendos declarados	15	7.208	4.694
Total do circulante		**8.075**	**6.349**
Não circulante			
Fornecedores	10	865	-
Total do não circulante		**865**	**-**
Patrimônio líquido	14		
Capital social		35.000	35.000
Reserva de lucros		78.228	68.908
Total do patrimônio líquido		**113.228**	**103.908**
Total do passivo e patrimônio líquido		**122.168**	**110.257**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	17	**37.282**	**33.739**
Custo de operação	18	(7.602)	(13.614)
Lucro bruto		**29.680**	**20.125**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(969)	(933)
Outras receitas e despesas operacionais	19	569	-
		(400)	**(933)**
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**29.280**	**19.192**
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		1.271	1.022
Despesas financeiras		(10)	(5)
		1.261	**1.017**
Lucro antes dos impostos		**30.541**	**20.209**
Impostos			
Contribuição social corrente	21	(562)	(481)
Imposto de renda corrente	21	(1.145)	(952)
		(1.707)	**(1.433)**
Lucro líquido do exercício		**28.834**	**18.776**
Lucro por ação:			
Ações ordinárias		**R$ 0,82**	**R$ 0,54**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**28.834**	**18.776**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**28.834**	**18.776**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

Composição	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**35.000**	**7.000**	**67.649**	**-**	**109.649**
Dividendos complementares exercícico 2019					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(5.010)	-	(5.010)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(4.813)	-	(4.813)
Dividendos extraordinários - Deliberação AGE 29/12/2020					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(5.100)	-	(5.100)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(4.900)	-	(4.900)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.776	18.776
Proposta da administração para distribuição de dividendos:					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	-	(2.394)	(2.394)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	-	(2.300)	(2.300)
Constituição de reserva de lucros	-	-	14.082	(14.082)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**35.000**	**7.000**	**61.908**	**-**	**103.908**
Dividendos complementares exercício 2020					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(6.276)	-	(6.276)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(6.030)	-	(6.030)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.834	28.834
Proposta da administração para distribuição de dividendos:					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	-	(3.676)	3.676)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	-	(3.532)	(3.532)
Constituição de reserva de lucros	-	-	21.626	(21.626)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**35.000**	**7.000**	**71.228**	**-**	**113.228**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	28.834	18.776
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2.549	2.786
Baixa de imobilizado	1.043	604
Repactuação do risco hidrológico - GSF	(14.582)	-
	17.844	**22.166**
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	101	573
Almoxarifado operacional	(42)	(11)
Tributos compensáveis	(376)	(37)
Despesas pagas antecipadamente	(5)	53
	(322)	**578**
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(89)	(11)
Obrigações trabalhistas e sociais	21	23
Tributos	145	(346)
	77	**(334)**
Caixa líquido das atividades operacionais	**17.599**	**22.410**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos temporários	(35)	(43)
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.239)	(1.637)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.274)**	**(1.680)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(17.000)	(25.000)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(17.000)**	**(25.000)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(675)**	**(4.270)**
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	26.072	30.342
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	25.397	26.072
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(675)**	**(4.270)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 A Companhia

A Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelas empresas Santa Maria Energética S.A., sediada no Estado do Espírito Santo, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A., sediada no Estado de Minas Gerais. A Companhia foi constituída em 18 de janeiro de 2007 com sede na Rodovia Km 27 da Estrada de Pocrane, à Margem Direita do Rio Manhuaçu, no Povoado de Cachoeirão, município de Pocrane, Estado de Minas Gerais.

1.2 Outorga de Geração de Energia

A Companhia atua no ramo de geração e comercialização de energia elétrica, tendo sido autorizada a implantar e explorar o empreendimento denominado PCH Henrique Nunes Coutinho (antiga Cachoeirão) na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, por meio da Resolução Autorizativa nº 908, de 08 de maio de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que transferiu da empresa Santa Maria Energética S.A. a autorização objeto da Resolução nº 282, de 26 de julho de 2000, publicada em 27 de julho de 2000, para implantar e explorar a PCH Cachoeirão pelo prazo de 30 anos, com vencimento da autorização em 26 de julho de 2030.

Em 11 de junho de 2021, foi promulgada pelo Congresso Nacional a rejeição ao veto parcial do artigo 4º da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que tratava da inclusão do §12 ao art. 26 da Lei nº 9.427/1996, estabelecendo que "*o agente titular de outorga de autorização para geração de energia elétrica com prazo de 30 (trinta) anos, cuja usina esteja em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela Aneel quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, terá seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, com ajuste, quando necessário, do respectivo termo de outorga, após o reconhecimento pela Aneel do atendimento ao critério estabelecido neste parágrafo"*.

Apresentado à ANEEL o pleito de ajuste da outorga na forma estabelecida na Lei nº 14.120/2021, e atendidos os requisitos necessários, foi publicada em 20 de dezembro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 10.972, de 14/12/2021, que ajustou a data de início de contagem do prazo da autorização da outorga de 30 (trinta) anos, passando a contar a partir da data de operação comercial da primeira unidade geradora e, consequentemente, ajustando a data do término da vigência da autorização para 31/12/2038, mantidas as condições originais de possibilidade de prorrogação, a critério da ANEEL, ao final desse prazo.

			Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Autorização	
Usina Hidrelétrica	**Modalidade**	**Outorga**	**(MW)**	**(MWm)**	**Início**	**Término**
PCH Henrique Nunes Coutinho	Produtor Independente	Autorização	27,00	16,37	31/12/2008	31/12/2038

A Companhia comercializa sua energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL por meio de contratos de curto, médio prazo, negociados com terceiros (Nota 5).

A PCH Cachoeirão possui capacidade instalada de 27 MW, com energia assegurada de 16,37 MW médios, contando com três unidades geradoras, tendo iniciado sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008.

Em 09 de setembro de 2019, através do Despacho SCG/ANEEL nº 2.494, o nome do empreendimento foi alterado de PCH Cachoeirão para PCH Henrique Nunes Coutinho.

Em 03 de maio de 2021, foi expedida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro – SUPRAM Leste, a Renovação da Licença de Operação da PCH Henrique Nunes Coutinho, com prazo de vigência de 8 anos.

1.3 Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo se encontrava em uma pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela desseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais nos exercícios de 2020 e 2021, tendo os maiores impactos ocorridos no primeiro ano da referida pandemia.

Medidas de Assistência Governamental

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelo governo nas esferas Federal, Estadual e Municipal, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia. A Companhia não se utilizou de nenhuma destas medidas, tendo em vista que o acompanhamento da evolução do resultado dos negócios em 2021 demonstrou não estarem ocorrendo impactos ao mesmo que demandassem mudanças relevantes nas premissas inicialmente estabelecidas..

Medidas de Combate ao Coronavírus

A Administração da Companhia implementou medidas rigorosas de prevenção e proteção a fim de mitigar os riscos à segurança de seus colaboradores, entre as quais podemos destacar:

(i) distribuição de máscaras para todos os colaboradores próprios, e exigência da utilização das mesmas para os colaboradores terceirizados;
(ii) suspensão temporária de quaisquer visitas de pessoal externo à planta, inclusive para a prestação de serviços que não fossem urgentes e que pudessem ser reprogramados;
(iii) realização de limpeza frequente nas áreas internas da usina e escritórios, com o uso de álcool líquido ou em gel;
(iv) suspensão, dentro das possibilidades, da participação de colaboradores em eventos externos (cursos, treinamentos, visitas ou inspeções técnicas, etc.), exceto nos casos onde não fosse possível reprogramar;
(v) disponibilização de pontos com álcool gel para higienização de mãos, rotina de utilização que deverá ser praticada por todos os colaboradores próprios e terceirizados;
(vi) limpeza de estações de trabalho para a troca de turnos, aparelhos de telefone e teclados de computador, redução do número de passageiros em veículos bem como higienização do interior dos mesmos;
(vii) realização de testes rápidos para COVID-19 em todos os colaboradores;
(viii) estabelecimento de quarentena, conforme orientações das autoridades sanitárias, aos colaboradores que apresentaram resultados positivos ou que apresentassem sintomas gripais;
(ix) planejamento para operação da usina em contingência em caso de contaminação da equipe.

1.4 Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 14.052, de 08/09/2020, estabeleceu em seu art. 2-A que "*os titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE serão compensados pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)*", pela geração termelétrica fora da ordem de mérito e importação sem garantia física, de maneira a por fim no embate jurídico em relação aos impactos do *Generation Scaling Factor – GSF*, que se perpetuam desde o ano de 2015. Essa Lei estabeleceu que a compensação será dada aos agentes através da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos, a ser apurada de acordo com as condições previstas na referida Lei, sendo limitado o prazo de extensão em até 7 anos.

A CCEE ficou responsável em apurar todos os cálculos necessários para a definição da extensão de outorga das usinas geradoras que aderirem à repactuação do risco hidrológico do Ambiente de Comercialização Livre – ACL, conforme normas contidas na Resolução Normativa Aneel nº 895/2020 e o previsto na Lei nº 14.052/2020. A Resolução estabelece que os cálculos apurados serão homologados pela ANEEL e então formalizado aos agentes para que, se de acordo, façam a adesão ao processo de extensão das outorgas, mediante a quitação dos débitos por ventura existentes em função das ações judiciais sobre o tema, a desistência das referidas ações ou, ainda, para aqueles que não possuem ações, o termo de renúncia aos direitos relacionados à esse tema. Ressalta-se que a Companhia não possui ação judicial vigente acerca desse assunto.

No dia 1º de março de 2021, a CCEE encaminhou para a ANEEL os cálculos das extensões de outorga, e a Resolução prevê o prazo de 30 dias para que a ANEEL publique a Resolução Homologatória informando sobre o prazo de extensão das outorgas dos agentes e estes terão prazo de 60 dias contados dessa publicação para manifestarem acerca da adesão ao processo de extensão da outorga, e assim darem andamento ao cumprimento das condições previstas para tanto.

Em 12 de agosto de 2021, foi pulicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021, homologando os prazos de extensão das outorgas com base nos cálculos apresentados pela CCEE, confirmando-se a extensão de 1.137 dias para a outorga da PCH Henrique Nunes Coutinho. Seguindo o normativo pré-estabelecido, a Companhia apresentou junto à ANEEL, em 08/10/2021, o pleito para adesão à extensão da outorga concedida, e não existindo liminar judicial vigente sobre o tema, não há débito a ser liquidado. O processo está em análise pelo diretor-relator designado e aguarda a deliberação com o consequente ajuste no prazo da outorga vigente.

1.5 O Mercado de Carbono

A PCH Henrique Nunes Coutinho possui projeto para geração de créditos de carbono através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL registrado na *United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC* sob o nº 4.788, já tendo concluído o processo de verificação e emissão de parte dos créditos de carbono gerados pelo empreendimento que equivalem a cerca de 167 mil toneladas de emissões de CO^2 evitadas com a operação da usina.

No ano de 2021 foi realizada a primeira comercialização de créditos de carbono da Companhia, sendo negociada a totalidade dos créditos acumulados relativos ao período de 03/02/2012 à 31/12/2015.

Estão em processo de verificação os créditos de carbono gerados no período de 01/01/2016 à 30/04/2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais**.**

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nos níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 22.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real – R$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações. Para fazer tais estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as mesmas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração, que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

(ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas da vida útil dos mesmos.

2.5 Autorização para Emissão das Demonstrações Contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 18 de março de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Principais Políticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios sociais apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1.1 Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos incialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.1.2 Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de longo prazo com liquidez imediata, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, em função da possibilidade de resgate no curto prazo, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro-rata temporis* até a data das demonstrações contábeis.

3.1.3 Contas a receber de clientes

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de compra e venda de energia elétrica. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo.

3.1.4 Almoxarifado operacional

É composto por peças sobressalentes utilizadas na manutenção dos equipamentos da usina, as quais são avaliadas e contabilizadas pelo custo médio de aquisição.

3.1.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. Os juros e demais encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, foram computados como custo do respectivo imobilizado.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do mesmo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015. Esta norma revisou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, revogando as Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens, apurado por auditoria da ANEEL, será indenizado à Companhia.

3.1.6 Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis quando possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.1.7 Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificar que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda.

A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisões para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação.

3.1.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas pelo valor justo.

3.1.9 Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, juntamente com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.1.10 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.1.11 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.1.12 Receita operacional

A receita advinda da venda de energia elétrica, é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as vendas.

3.1.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias.

3.1.14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia opta pela tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social por meio do Lucro Presumido, sendo considerado para efeito de tributação do Imposto de Renda o percentual de 8% aplicado sobre a receita bruta de vendas de energia elétrica somada ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. O Imposto de Renda é apurado trimestralmente mediante aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo acima e do adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder ao limite de R$ 60 no trimestre. Para o cálculo da Contribuição Social, é considerado o percentual de 12% sobre a receita bruta de vendas de energia elétrica, somado ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. A Contribuição Social é apurada trimestralmente mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a base de cálculo acima mencionada.

3.1.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, que estabelecem um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.1.16 Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios apresentados.

3.1.17 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – *International Accounting Standards Board*

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais em ou após
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("*lease concessions*") em decorrência da pandemia de COVID-19.	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição	2021	2020
Caixa e Depósitos Bancários à Vista	7	14
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	25.390	26.058
Total	**25.397**	**26.072**

As Aplicações Financeiras de Curto Prazo são compostas por:

(i) Certificados de Depósito Bancário (CDBs), de liquidez imediata, são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 96% e 121% (em 2020, 96% e 117%).

(ii) Letras Financeiras de Bancos (LFs), de liquidez imediata, são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 110% e 114% (em 2020, 106% e 119%), ou vinculados à variação do IPCA acrescido de uma taxa fixa.

Os valores de Caixa e Equivalentes incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de perda de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

5. CONSUMIDORES

Composição	2021	2020
Fornecimento industrial	332	312
Fornecimento comercial	2.403	2.523
Total	**2.735**	**2.835**

Representa os valores a receber pela Companhia relativos à venda da energia elétrica.

A Companhia não registrou provisões para perdas dos valores de Contas a Receber constantes no balanço patrimonial em virtude de não existirem saldos em atraso e, ainda, serem exigidas prestações de garantias pelos clientes, na forma de fiança bancária ou outras por força dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Os valores apresentados na conta tributos compensáveis se referem ao saldo negativo do Imposto de Renda gerado pelo Imposto de Renda Retido na Fonte em função dos resgates das aplicações financeiras mantidas pela Companhia e não compensado.

Composição	2021	2020
Circulante		
Saldo Negativo IRPJ (i)	257	257
ICMS sobre Imobilizado a Recuperar (ii)	14	11
PIS s/ Exclusão do ICMS na Base de Cálculo (iii)	67	-
COFINS s/ Exclusão do ICMS na Base de Cálculo (iii)	310	-
Total	**648**	**268**
Não Circulante		
ICMS sobre Imobilizado a Recuperar (ii)	22	26
Total	**22**	**26**

(i) O Saldo Negativo IRPJ é composto por pedidos de restituição através de PER/DCOMP devidamente protocolados junto à Receita Federal.

(ii) ICMS sobre imobilizado a recuperar, refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados.

(iii) PIS e COFINS s/ exclusão do ICMS na base de cálculo, refere-se ao principal dos valores recolhidos anteriormente a serem ressarcidos pela Receita Federal, que estão relacionados à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, cuja ação judicial, em sede de repercussão geral, teve o julgamento finalizado pelo Supremo Tribunal Federal em 13/05/2021, no processo RE nº 574.706 PR, estabelecendo para os contribuintes que ingressaram com ação judicial a partir de 15/03/2017, o direito à recuperação dos créditos retroativos a esta data. A companhia ajuizou ação sobre o tema em

25/02/2019, desta forma, reconheceu no exercício de 2021 o valor do principal dos créditos tributários retroativos à 15/03/2017, sendo que a atualização monetária dos mesmos será reconhecida quando do trânsito em julgado da sua ação judicial específica.

7. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Composição	2021	2020
Almoxarifado de Manutenção e Operação	555	513
Adiantamento a Fornecedores	46	46
Total	**601**	**559**

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição. O almoxarifado é composto na sua maioria por peças sobressalentes de pequeno porte.

8. IMOBILIZADO

(a) Composição

				2021	2020
	Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Usina - Imobilizado em Serviço					
Terrenos	-	1.787	-	1.787	1.787
Reservatórios e Barragens	4,05	51.886	(13.955)	37.931	38.989
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2,95	15.999	(4.371)	11.628	11.990
Máquinas e Equipamentos	3,80	40.773	(15.760)	25.013	25.938
Móveis e Utensílios	16,67	74	(27)	47	48
Veículos	14,29	17	(17)	-	2
Subtotal		**110.536**	**(34.130)**	**76.406**	**78.754**
Administração central – Imobilizado em Serviço					
Máquinas e Equipamentos	16,67	72	(59)	13	13
Móveis e Utensílios	6,25	49	(36)	13	10
Subtotal		**121**	**(95)**	**26**	**23**
Imobilizado em Curso					
Reservatórios e Barragens (i)		112	-	112	112
Máquinas e Equipamentos (i)		322	-	322	418
Peças de Reposição (ii)		853	-	853	796
Adiantamento a Fornecedores (i)		4	-	4	31
Subtotal		**1.291**	**-**	**1.291**	**1.357**
Total do Imobilizado		**111.948**	**(34.225)**	**77.723**	**80.134**

(i) Referem-se a equipamentos que ainda serão instalados.

(ii) Referem-se a materiais destinados à reposição do imobilizado em serviço.

A Companhia considera essas taxas de depreciação apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta no artigo 10º da Resolução ANEEL nº 282, de 26 de julho de 2000, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente de energia elétrica, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, "*os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.*"

(b) Mutação do Ativo Imobilizado

	2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2021
Usina - Imobilizado em Serviço						
Terrenos	1.787	-	-	-	-	1.787
Reservatórios e Barragens	38.989	-	-	48	(1.106)	37.931
Edificações, Obras e Benfeitorias	11.990	-	-	-	(362)	11.628
Máquinas e Equipamentos	25.938	8	(770)	605	(768)	25.013
Móveis e Utensílios	48	3	-	-	(4)	47
Veículos	2	-	-	-	(2)	-
Subtotal	**78.754**	**11**	**(770)**	**653**	**(2.242)**	**76.406**
Administração Central - Imobilizado em Serviço						
Máquinas e Equipamentos	13	3	-	-	(3)	13
Móveis e Utensílios	10	6	-	-	(3)	13
Subtotal	**23**	**9**	**-**	**-**	**(6)**	**26**
Imobilizado em Curso						
Reservatórios e Barragens	112	48	-	(48)	-	112
Máquinas e Equipamentos	417	596	(86)	(605)	-	322
Peças de Reposição	797	56	-	-	-	853
Adiantamento a Fornecedores	31	-	(27)	-	-	4
Subtotal	**1.357**	**700**	**(113)**	**(653)**	**-**	**1.291**
Total	**80.134**	**720**	**(883)**	**-**	**(2.248)**	**77.723**

De acordo com a NBC TG 01 (R4) – Redução no Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CFC nº 1.292/2010, a Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização e que esses ativos são realizáveis em prazos satisfatórios.

9. INTANGÍVEL

(a) Composição

			2021	2020
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Servidões	256	-	256	256
Software	36	(32)	4	5
Projeto MDL	253	-	253	32
LO – Licença de Operação	11	(1)	10	-
Rede em Fibra Óptica	127	(7)	120	-
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF	14.582	(292)	14.290	-
Total	**15.265**	**(332)**	**14.933**	**293**

(b) Mutação

	2020	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2021
Servidões (i)	256	-	-	-	-	256
Software (ii)	5	-	-	-	(1)	4
Projeto MDL (iii)	32	381	(160)	-	-	253
LO – Licença de Operação (iv)	-	11	-	-	(1)	10
Rede em Fibra Óptica (v)	-	127	-	-	(7)	120
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (vi)	-	14.582	-	-	(292)	14.290
Total	**293**	**15.101**	**(160)**	**-**	**(301)**	**14.933**

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução de seu valor recuperável.

(i) Servidões - estão registradas pelo custo de aquisição, e são constituídas pela servidão de passagem da linha de transmissão de 69 kV que conecta a SE Cachoeirão à SE Conselheiro Pena, e pela Área de Preservação Permanente – APP, referente às indenizações pagas em favor dos proprietários dos imóveis do entorno do reservatório. Como são permanentes não há amortização.

(ii) Software - são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. São constituídos por gastos realizados com a aquisição de licenças e demais gastos com serviços complementares a utilização produtiva de *software*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*), e são amortizados em linha reta, conforme taxa determinada pela ANEEL.

(iii) Projeto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL - registra os custos associados ao processo de verificação, validação, emissão e comercialização dos Certificados de Emissão Reduzida (CERs) e são baixados pelo custo médio proporcionalmente à comercialização dos mesmos.

(iv) LO – Licença de Operação - é constituída pelos gastos inerentes ao processo de renovação da Licença de Operação emitida em 03/05/2021 pela SUPRAM/LM, e será amortizado linearmente pelo prazo de sua vigência que será de 8 anos.

(v) Rede em fibra óptica - registra o custo de aquisição de uma rede em fibra óptica construída em parceria com o provedor de *internet* local para atendimento à usina e região, e que corresponde ao direito de utilização da referida rede pelo prazo de 10 anos e será amortizado linearmente por esse prazo.

(vi) Repactuação do Risco Hidrológico - GSF – registra o valor apurado pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, no montante de R$14.582, relativo ao total da compensação financeira a que a Companhia tem direito e que foi convertido em 1.137 dias de extensão da outorga, na forma da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020. O referido prazo de extensão foi reconhecido pela ANEEL através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021, de 03/08/2021, sendo então procedido ao registro contábil do valor da compensação no exercício de 2021. O citado valor será amortizado linearmente até o prazo final da outorga ajustado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, acrescida do referido prazo de extensão concedido.

10. FORNECEDORES

Composição	2021	2020
Circulante		
Materiais e Serviços	49	1.003
Total	**49**	**1.003**

Composição	2021	2020
Não Circulante		
Materiais e Serviços	865	-
Total	**865**	**-**

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Composição	2021	2020
Provisão para Férias	140	123
Tributos Retidos na Fonte	15	12
Consignações em Favor de Terceiros	6	5
Total	**161**	**140**

12. TRIBUTOS

Composição	2021	2020
Circulante		
Tributos federais		
IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	260	136
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	143	122
PIS – Programa de Integração Social	19	19
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	89	87
Subtotal	**511**	**364**
Tributos estaduais		
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	64	62
Subtotal	**64**	**62**
Tributos Municipais		
ISSQN – Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza	8	8
Subtotal	**8**	**8**
Contribuições sociais		
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	18	16
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	7	6
Subtotal	**25**	**22**
Tributos retidos na fonte		
CSRF – Contribuição Social Retida na Fonte	30	32
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Serviços de Terceiros	4	4
Retenção para Seguridade Social (11%)	15	20
Subtotal	**49**	**56**
Total	**657**	**512**

13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais em andamento classificados, pelos seus consultores jurídicos, como de perda possível, e tendo em vista esta classificação, não foram registradas provisões nos exercícios de 2021 e 2020.

As contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Passivo	2021	2020
Trabalhistas	-	106
Cíveis	325	325
Total	**325**	**431**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é de R$ 35.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias de Classe A e B, nominativas sem valor nominal, todas com preço de emissão fixado a R$ 1,00 (um real).

Ações Ordinária Classe A		Ações Ordinárias Classe B		Total	
Quantidade	**R$**	**Quantidade**	**R$**	**Quantidade**	**R$**
17.850.000	17.850	17.150.000	17.150	35.000.000	35.000

Demonstramos a seguir a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

	Ações Ordinárias		
	Tipo	**Quantidade**	**Percentagem %**
Acionistas			
Santa Maria Energética S.A.	Classe A	17.850.000	51,00%
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Classe B	17.150.000	49,00%

(b) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia, conforme estabelece o art. 193 da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976. Considerando que no exercício de 2017 a Reserva Legal atingiu tal limitação, a Companhia deixou de destinar recursos para constituição desta Reserva.

(c) Reserva de Retenção de Lucros

O valor da reserva de retenção de lucros refere-se à parcela remanescente do lucro líquido de exercícios anteriores e do próprio exercício de 2021, cuja destinação ainda depende de deliberação pela assembleia geral de acionistas.

15. DIVIDENDOS DECLARADOS

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do artigo n° 202 da Lei n° 6.404/1976. Os dividendos propostos foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

Composição	2021	2020
Lucro líquido do exercício	28.834	18.776
Base de cálculo dos dividendos	**28.834**	**18.776**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%):		
Ações Ordinárias Classe A	3.676	2.394
Ações Ordinárias Classe B	3.532	2.300
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	**7.208**	**4.694**

16. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como seus acionistas a Santa Maria Energética S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A.

Segue resumo das transações com partes relacionadas nos exercícios de 2021 e 2020:

Grupo Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Cia.	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Cliente	Contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com o Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.	Santa Maria	332	312	-	-	3.889	3.851	-	-
Cliente	Contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda	Santa Maria	175	940	-	-	2.060	7.520	-	-
Fornecedor	Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica com a Cemig Distribuição S.A.	Cemig GT	-	-	-	-	-	-	1.874	1.697
Fornecedor	Contrato de conexão ao sistema de transmissão com a Cemig Geração e Transmissão S.A.	Cemig GT	-	-	4	4	-	-	47	44
Fornecedor	Contrato de operação e manutenção do bay na SE Conselheiro Pena com a Cemig Geração e Transmissão S.A.	Cemig GT	-	-	14	10	-	-	154	133
	Totais		**507**	**1.252**	**18**	**14**	**5.949**	**11.371**	**2.075**	**1.874**

Remuneração da Administração

Conforme deliberação da Assembleia Geral, os Conselheiros e Diretores não receberam remuneração para os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras, tendo em vista que estes são remunerados diretamente pelos acionistas que os indicaram.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Composição do fornecimento de energia elétrica pode ser assim demonstrada:

Composição	2021	2020
Receita operacional		
Energia elétrica	36.981	35.147
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	585
Outras receitas - CCEE	2.138	263
Total	**39.119**	**35.995**
Deduções da receita operacional		
PIS	(254)	(234)
PIS s/ exclusão do ICMS na base de cálculo	67	-
COFINS	(1.175)	(1.082)
COFINS s/ exclusão do ICMS na base de cálculo	310	-
ICMS	(696)	(857)
TFSEE	(89)	(83)
Total	**(1.837)**	**(2.256)**
Receita operacional líquida	**37.282**	**33.739**

18. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Composição			2021	2020
Gastos operacionais	**Custo da energia vendida**	**Despesas gerais e administrativas**	**Total**	**Total**
Energia comprada para revenda	13.272	-	13.272	5.575
Recuperação do risco hidrológico - GSF	(14.582)	-	(14.582)	-
Encargos de transmissão, conexão e distribuição - TUSD	1.874	-	1.874	1.697
Pessoal	295	746	1.041	955
Materiais	43	3	46	103
Serviços de terceiros	3.105	144	3.249	3.135
Arrendamento e aluguéis	113	45	158	156
Seguros	97	1	98	62
Perdas na alienação e desativação de bens	227	-	227	-
Tributos	25	4	29	28
Depreciação	2.781	6	2.787	2.785
Amortização	300	1	301	1
Gastos diversos	52	19	71	50
Total	**7.602**	**969**	**8.571**	**14.547**

O aumento da despesa energia comprada para revenda no exercício é decorrente a exposição das condições desfavoráveis nas operações de liquidação de curto prazo na CCEE, impactadas pelas variações do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e do *Generation Scaling Factor* – GSF, diferente do ocorrido no ano de 2020.

O montante de R$ 14.582 reconhecido na conta redutora de gastos Recuperação do risco hidrológico – GSF, se refere ao valor da compensação financeira dos custos com GSF incorridos pela Companhia apurados pela CCEE, que foram convertidos em 1.137 dias de extensão da outorga no âmbito da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e homologados através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021.

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Atividades não vinculada à concessão	**2021**	**2020**
Demais receitas e rendas		
Crédito de carbono	866	-
Total	**866**	**-**

	2021	**2020**
Tributos sobre demais receitas e rendas		
PIS	(6)	-
COFINS	(26)	-
Total	**(32)**	**-**
Outras receitas operacionais	**834**	**-**

Outros gastos operacionais		
Gastos diversos	(265)	-
Total	**(265)**	**-**
Outras despesas operacionais	**(265)**	**-**
Total	**569**	**-**

20. RESULTADO FINANCEIRO

Composição	**2021**	**2020**
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.224	956
Outras receitas financeiras	47	66
Total	**1.271**	**1.022**
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(10)	(5)
Total	**(10)**	**(5)**
Resultado financeiro líquido	**1.261**	**1.017**

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro com base no regime de Lucro Presumido, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e o valor registrado como despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social nas demonstrações contábeis foi calculado conforme demonstrado a seguir:

(a) Imposto de renda do exercício

	2021	**2020**
Receita de operações com energia elétrica	39.119	35.995
Percentual de presunção (8%)	3.129	2.880
Receita venda crédito de carbono	866	-
Percentual de presunção (32%)	277	-
Outras receitas (100%)	1.271	1.022
Base de cálculo	4.677	3.902

	2021	2020
Alíquota de 15%	701	586
Adicional de 10%	444	366
Total de IRPJ	**1.145**	**952**

(b) Contribuição social do exercício

	2021	2020
Receita de operações com energia elétrica	39.119	35.995
Percentual de presunção (12%)	4.694	4.320
Receita venda crédito de carbono	866	-
Percentual de presunção (32%)	277	-
Outras receitas (100%)	1.271	1.022
Base de cálculo	6.242	5.342
Alíquota de 9%	562	481
Total de CSLL	**562**	**481**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Os instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como seguem:

		2021		2020	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Custo amortizado					
Caixa e bancos	2	7	7	14	14
Contas a receber de clientes	2	2.735	2.735	2.835	2.835
Concessionárias e permissionárias	2	-	-	1	1
		2.742	**2.742**	**2.850**	**2.850**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	25.390	25.390	26.058	26.058
		25.390	**25.390**	**26.058**	**26.058**
		28.132	**28.132**	**28.908**	**28.908**
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	914	914	1.003	1.003
		914	**914**	**1.003**	**1.003**

Existem três níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia avaliou e considerou que há a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(a) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por consumidores livres, com contratos de compra e venda de energia de curto e médio prazos. A Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária ou o seguro garantia, ou ainda o registro da energia mediante a comprovação do pagamento pelo cliente. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da companhia a riscos de créditos e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes.

(b) Risco de Liquidez

A Companhia aplica todo excedente de caixa imediatamente no mercado financeiro em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) ou Letras Financeiras de Bancos (LFs), remunerados com taxas que variam entre 96% e 121% (em 2020, 96% e 117%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em bancos de reconhecida liquidez. Assim, garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto e longo prazo, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

(c) Risco de Mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. A companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas na modalidade renda fixa, em bancos de reconhecida liquidez, e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96% e 121% (em 2020, 96% e 117%) do CDI.

A Companhia comercializa sua energia no âmbito do mercado livre, considerando a totalidade de sua garantia física disponível, a preços atrativos de maneira a minimizar os riscos de exposição aos preços de curto prazo (mercado *spot* ou PLD). A diferença entre a energia efetivamente gerada e a comercializada é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do próprio mercado de energia podem afetar os preços.

(d) Risco Operacional

O Objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza atividades de operação e manutenção de sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preditiva, preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos, das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados especializados para as atividades de operação e manutenção de sua usina.

(e) Risco Hidrológico

A energia comercializada pela Companhia é vinculada à energia assegurada da usina, que é determinada pelo órgão regulador. A escassez hídrica ocorrida no país nos últimos anos, vem causando uma diminuição relevante

na produção de energia por parte da fonte hidráulica, base da matriz energética brasileira, e com isso aumentando os custos com aquisição de energia.

A mitigação desse risco é realizada através do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Entretanto, em condições de hidrologia, relevantemente desfavorável, o MRE pode expor a Companhia à elevado rateio de custos com base no PLD, gerando ônus financeiro relevante para os geradores hidrelétricos.

23. SEGUROS – NÃO AUDITADO

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As coberturas de seguros contratadas são:

Seguradora	Vigência	Ramo	Limite de Indenização
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. e Fator Seguradora S.A.	31/03/2021 à 31/03/2022	Riscos Operacionais	R$ 76.084
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	31/03/2021 à 31/03/2022	Responsabilidade Civil Geral	R$ 15.000
Allianz Seguros S/A	29/03/2021 à 29/03/2022	Escritórios	
		Cobertura de Incêndio e Complementares	R$ 150
.		Roubo de Bens e Danos Elétricos	R$ 90
		Vendaval, Furacão, Ciclone, Granizo e Tornado	R$ 20

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia.

Ângelo André Bosi
Diretor Administrativo Financeiro

Ronnie de Lima Diniz
Diretor Técnico Comercial

Robson Gomes da Cunha
Contador – CRC/ES-011009/O-4